

Dissertação Nota 1000, Enem 2018

## Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet

O Marco Civil da internet, lei aprovada em 2014, assegura aos cidadãos brasileiros direitos e deveres referentes aos usos dos espaços virtuais na contemporaneidade. Embora seja uma importante conquista por reiterar a liberdade de expressão e o direito à privacidade, essa legislação está ameaçada pela manipulação do comportamento dos usuários pelo controle de dados na internet, prática que favorece os interesses de grupos empresariais e políticos. Nesse cenário, a falsa liberdade de escolha e a padronização dos pensamentos emergem como empecilhos para a manutenção de uma sociedade dialógica e igualitária.

Em primeiro plano, torna-se evidente que a manifestação de um padrão cultural restringe progressivamente o espaço da individualidade, do inovador e do diferente, limitando e padronizando as opções subjetivas individuais. Com efeito, o filósofo T. Adorno identificou a ascensão da indústria cultural, que busca transformar elementos da cultura erudita para popularizá-los e, assim, estabelecer uma relação de dependência entre produtor e receptor que exclui as particularidades de um contexto multilateral. Em decorrência disso, o mundo globalizado reforça, por meio de propagandas direcionadas de acordo com os dados pessoais de cada usuário, uma cultura ideologicamente predominante, minimizando o apoio a qualquer tipo movimento contracultural.

Nesse mesmo viés, soma-se a padronização cultural a dominação ideológica, que condiciona o pensamento dos cidadãos inseridos no mundo virtual aos objetivos de agentes detentores do poder, os quais podem decidir sobre conteúdos que devem ou não ser veiculados nas redes sociais. Tal reificação do usuário, tratado como um banco de dados a ser manipulado, amplia o que o sociólogo Pierre Bourdieu definiu com violência simbólica: uma engrenagem conservadora, e hodiernamente representada, também pela internet, responsável por manter o prestígio e a soberania das classes dominantes em detrimento dos respeito aos direitos dos oprimidos.

Diante desse panorama, antes que a internet seja transformada em instrumento de manipulação, é preciso intervir. Logo, cabe ao Ministério da Educação abordar a importância dos múltiplos pontos de vista na esfera virtual, mediante palestras, projetos e debates, a fim de mitigar a homogeneização das manifestações individuais, uma vez que o convívio social implica diálogo e consenso. Além disso, faz-se necessário que o estado amplie a fiscalização do uso de informações pessoais por corporações políticas e empresarias, por intermédio da criação de órgãos de denúncia online, os quais inserirão os usuários nesse processo, com a finalidade de controlar o domínio elitista sobre os limites e possibilidades do indivíduo. Desse modo, o Brasil poderá vivenciar aquilo que o Marco Civil determinou: igualdade e segurança no paralelo universo virtual, indissociável da realidade do século XXI.

*Por Laura Elisa Araujo Viana*